

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA,  
ECONOMIA E NEGÓCIOS- EPPEN  
Curso de Relações Internacionais**

**CAROLINA CASTILHO GUARNIERI**

**A Atuação dos BRICS no regime internacional e seu reflexo na maior participação e  
projeção de poder do Brasil no século XXI**

Trabalho de Conclusão de Curso entregue no formato de artigo científico, conforme definido pelo Projeto Pedagógico Curso de Relações Internacionais em cumprimento das DCNs do Curso de Relações Internacionais (MEC/CNE).

Orientador(a): Prof. Dra. Carolina Silva Pedroso

Osasco,  
2023

## **RESUMO**

Com o projeto de tornar o Brasil em um líder da região e para ganhar mais força no regime internacional, o BRICS se tornou um meio de inserção e questionamento da posição da ordem internacional baseado na hegemonia dos Estados Unidos e manutenção do poder das nações europeias e do Norte-Global; colocando como novidade a utilização da Cooperação Sul-Sul para a postura com maior decisão e poder em questões internacionais. Entretanto, com os novos acontecimentos no cenário econômico mundial, na saída dos governos progressistas e de união no Brasil, e a entrada de um plano de governo baseado nas decisões dos Estados Unidos e contra globalização, há o questionamento se é possível a volta do Brasil como líder da região e com maior poder de decisão no regime internacional. Este artigo irá comentar e analisar sobre o movimento de hegemonia à multipolaridade que permeia a atual política externa estadunidense, que possui o papel de liderança e protetor da ordem internacional desde o fim da Segunda Guerra Mundial, mas com a falha de sua economia se estabelecer pós crise de 2008 e a insegurança sobre a real finalidade da permanência dos militares estadunidenses em territórios estrangeiros abriu espaço para que nações como Brasil, China, Rússia, Índia e África do Sul pudessem se inserir internacionalmente ganhando mais poder de barganha e cooperação. E quais resultados são percebidos atualmente e se o BRICS pode ser um mecanismo de inserção brasileira ou se não trará tais ganhos.

Palavras-chaves: BRICS; Cooperação Sul-Sul; América Latina; hegemonia; multipolaridade.

## **ABSTRACT**

With the project to turn Brazil in a regional leader and to gain more strength in the international regime, the BRICS turned itself in a way of insertion and questioning of the international order based in the United States hegemony and maintenance of european nations and the Global North power; settling the new use of the South-South Cooperation for a posture of more decision and power in international questions. However, with the new happenings in the global economic scenery and the leaving of progressive governments, brazilian union and the insertion of a government plan based in United States decision and anti-globalization, there is a questioning if it is possible the comeback of Brazil as a leader of the region and projection power in the international regime. This article will coment and analyze about the movement of hegemony to multipolarity that permeate the current USA external politics that have the role of leadership and protector of the international order since the end of World War 2, but the flaw it's economy suffered to establish itself after the 2008 crisis and the insecurity about the real intention over the permanence of US military in foreign territories opened space for nations, like Brazil, India, China, Russia and South Africa insert themselves internationally winning more bargain power and cooperation. And the results can be felt to this day and if the BRICS can be a mechanism of brazilian insertion or it will not bring such gains.

Key-words: BRICS; South-South Cooperation; Latin America; hegemony; multipolarity.

## INTRODUÇÃO

O começo do século XXI foi marcado por mudanças políticas na América Latina com a ascensão de governos progressistas em diversos países. O Brasil, com o começo do governo Lula (2003-2011) e a continuidade do plano de liberalismo e abertura da economia do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), juntamente com o aumento no valor de alimentos e minerais por conta do crescimento econômico chinês, impulsionou a economia brasileira colocando a nação como um dos grandes *players* no regime internacional (Silva, A.L.R. 2013, pp.127). Assim, com a busca por estabelecer sua posição no cenário internacional, houve a aproximação com outros países em desenvolvimento: a China, Rússia, Índia, África do Sul. Nomeado primeiramente por Jim O'Neill, da Goldman Sachs (2001), em seu estudo intitulado *Building Better Global Economic BRICs*, o grupo ainda não havia se reunido e era só um conjunto de nações que, individualmente, possuíam características que garantiam essa colocação. Foi somente em 2006 que os quatro países se reuniram na Reunião de Chanceleres - enquanto que a incorporação da África do Sul aconteceu em 2011, na III Cúpula do grupo, concretizando o nome BRICS.

Em um cenário de contestação da hegemonia estadunidense em questões de segurança, economia e ser o líder “natural” para as decisões em foros internacionais, como também no domínio do Norte Global em posições estratégicas na dinâmica internacional e em organizações internacionais, conjuntamente com a maior diversificação na economia internacional (Serra, 2017), o BRICS se tornou um propulsor do multipolarismo e da conjuntura de Cooperação Sul-Sul, tendo cada nação uma posição de liderança em suas respectivas regiões.

Os Estados Unidos se colocaram como a hegemonia mundial desde a Segunda Guerra Mundial, com um movimento de dominação e coerção introduzido na sua política como a “proteção legítima”, termo criado por Arrighi (2008), tanto para seus aliados e não-aliados, por meio do poderio militar ou econômico, entretanto essa proteção posteriormente se tornou uma extorsão. O Plano Marshall e a ideia do “Sonho Americano” colocaram os EUA como uma força inquestionável de segurança e estilo de vida na Europa Ocidental, trazendo ganhos não antes vistos à nação americana, que propulsionaram o avanço do poder bélico e econômico do país, contudo, a partir dos anos 1970, a liderança estadunidense começa a ser questionada (Payne, Silver; 2022). A derrota da Guerra no Vietnã e a insegurança no modelo

monetário internacional baseado no sistema dólar-ouro, durante o governo de Nixon (1969-1974) com a colocação do dólar como moeda fiduciária, e as novas crises do petróleo foram o começo do fim da hegemonia estadunidense.

Assim, os Estados Unidos utilizavam de sua indústria militar e influência econômica para conseguir manter a hegemonia: o avanço da Otan para o leste no governo Clinton (1993-2001), a invasão de países como Afeganistão (2001) e Iraque (2003), no contexto da Guerra ao Terror do governo Bush (2001-2009), e a implementação, algumas vezes forçada, do modelo neoliberal em outras nações foram os meios utilizados para tal manutenção - cujo custo foi o aumento da dívida externa. Não obstante, a crise de 2007-2008 colocou em xeque a força e estabilidade que o modelo econômico estadunidense possuía - e não sendo recuperadas desde então. Por exemplo, as exportações mundiais dos EUA caíram de 12% para 8,7% no período de 1980-2016, revelando um lento processo de estagnação e deflação da economia, que vai perdendo posição frente à ascensão da economia chinesa, que vai despontando como a liderança internacional (Guillén, 2019).

Com o governo Trump, a “proteção legítima” do país acabou se tornando um movimento de extorsão e ameaças, dando primazia aos seus “protegidos” e colocando a vitimização na pauta da política externa (Payne, Silver; 2022). Trump via a proteção estadunidense para o mundo como um dever de sua nação, mas também deveria ter uma resposta e pagamento para tal, o que explica a ameaça de saída da OTAN, com vistas a que os aliados aumentassem seu investimento no bloco. A redistribuição de tropas em território sírio, a exigência de tributos sobre a mineração e exploração de petróleo e minerais no Iraque e Afeganistão, em troca da segurança e proteção dadas pelos EUA foram alguns pedidos feitos pelo governante, que afundava sua nação ainda mais no sentimento de insinceridade aos olhos de suas contrapartes (Payne, Silver; 2022).

Ao voltarmos a atenção ao Brasil, o mesmo ganha posição especial em relação à América Latina, colocado pelo Estados Unidos como um interlocutor estratégico de planos econômicos e mediador de conversas com os governos de esquerda da região (Silva, A.L.R, 2013). como também um investidor no desenvolvimento sul-americano e influenciador para a cooperação para o desenvolvimento com tratados para o livre-comércio e até mesmo a criação do MERCOSUL, deixando para trás o termo e postura de doador e se movendo para a utilização da cooperação como auxílio externo (Apolinário Júnior; Rinaldi, 2020). Outro fator que muda a conjuntura da nação brasileira no regime internacional de poder em relação aos seus vizinhos foi a possibilidade de tornar-se um membro permanente no Conselho de

Segurança, que com a proximidade dos países do BRICS e o apoio da Rússia para sua entrada (Pecequillo; Carmo, 2015), tornou-se estruturada.

Entretanto, os ganhos dos projetos e planos que a união dos BRICS trouxe para a nação brasileira podem ser questionados atualmente sobre seu efeito na projeção brasileira. Com a entrada do governo de extrema-direita de Bolsonaro (2018-2022), a perda de confiança dos investidores externos, as novas falas desrespeitosas sobre a nação chinesa, o apoio ao governo de Trump nos Estados Unidos, e o aumento da desigualdade no crescimento econômico entre as nações do grupo (Malanski, 2022), os resultados do passado podem revelar que o Brasil não está mais na posição de liderança que antes teve. Este artigo irá passar pela criação e ascensão do grupo BRICS e sua situação econômica que trouxe um sentimento da mudança na hegemonia dos Estados Unidos, como também a posição brasileira e seus resultados na atualidade sobre seu real efeito na projeção de poder do Brasil e o futuro da nação em projeção de poder.

A volta do Governo Lula e seu projeto de Cooperação Sul-Sul entre a América Latina e também pela volta de falas sobre a posição de liderança do Brasil entre os países da América do Sul e deu uma maior conversa e respeito com as nações do BRICS, buscando um retorno do sentimento e do desenvolvimento baseado na Cooperação Sul-Sul (Santos, 2023), torna o tema relevante para o pensamento de estratégia para o futuro da nação e também no significado da participação do Brasil no BRICS e quais passos para o futuro das relações, se tornando a justificativa deste artigo. Segundamente, é a simpatia com o tema e também a visão para uma maior projeção de poder da nação e da região como uma brasileira e latina orgulhosa de sua nação e de sua região.

O Brasil busca desde o começo do século XXI sua inserção como um país influente nas decisões internacionais e com o advento do crescimento econômico na primeira década dos anos 2000 encontra na união com outros países estratégicos em crescimento de sua produção com maior importância e posição no comércio internacional, uma oportunidade para uma maior participação e relevância nos meios antes conduzidos pelo Norte-global. Apesar dos ganhos que esta relação trouxe, o Brasil passou por um governo que foi contra este projeto e o atual atraso e recessão da economia e do desenvolvimento brasileiros traz duas questões que orientam este artigo: Qual o lugar dos BRICS na inserção internacional do Brasil? Com as mudanças entre os projetos dos governos desde a instituição do grupo BRICS, o Brasil atual tem os planos do Brasil do começo do século sobre o tema da multipolaridade com sua participação no centro das questões?

Por meio da análise dos fatos e das circunstâncias em que a criação do BRICS foi estabelecida, levando em consideração à vontade dos Estados Unidos de manter sua hegemonia e da mudança no pensamento dos países do Sul para a busca por uma multipolaridade com a participação dos mesmos. Além da consideração dos feitos que o grupo BRICS instituiu sobre a Cooperação Sul-Sul e do atual cenário brasileiro que foi herdado pelo governo Bolsonaro (2018-2022) e na desorganização e desaceleração da economia a hipótese que segue este artigo é: o apoio do grupo BRICS, principalmente da China, e das potências mundiais é de extrema importância para a criação de projetos com finalidade econômica e de desenvolvimento, e de uma maior integração do com outras nações em desenvolvimento e também da fundamental Cooperação Sul-Sul que trouxe diversos benefícios e ganhos que não seriam possíveis se o Brasil continuasse como uma nação reclusa do comércio internacional, além de um maior espaço para a nação brasileira de garantia de diferentes formas de inserção e barganha na ordem internacional.

Para este artigo, será utilizado o Método Indutivo de pesquisa, por meio da análise e compreensão dos fatos históricos que levaram a criação do BRICS como também a hegemonia dos Estados Unidos na ordem mundial, os feitos da Cooperação Sul-Sul na inserção brasileira internacionalmente e do cenário atual brasileiro resultando em uma resposta às perguntas com característica generalista. Complementarmente, este trabalho tem caráter documental e bibliográfico por meio da análise histórica e documental da política externa estadunidense; do crescimento e novo papel de liderança brasileiro e a funcionalidade dos BRICS, do mesmo modo, a compreensão de conceitos teóricos de Arrighi e Gramsci sobre hegemonia.

O seguinte artigo foi organizado em quatro seções, sendo a primeira intitulada “O Conceito de Hegemonia Gramsciana e o caso da Hegemonia Estadunidense” introduzindo os princípios teóricos que fundamentam este artigo. A segunda seção “Política Externa Brasileira dos Governos Lula (2003-2014/2023-atual)” apresenta o histórico da política externa brasileira e formula proposições sobre o atual governo. Na terceira seção, “Os BRICS: história e realizações”, se descreve o histórico da criação e institucionalização do bloco e seus projetos de ampliação. Na quarta seção “Poder Brasileiro e os BRICS” serão estabelecidos os ganhos e potenciais amarras que o Brasil possui com o bloco e seu efeito na projeção de poder brasileira. Por fim, nas Considerações Finais, os temas discutidos são retomados, como também é apresentado um exercício de previsão futura e de resposta à projeção brasileira por meio do bloco.

## **1. O CONCEITO DE HEGEMONIA GRAMSCIANA E O CASO DA HEGEMONIA ESTADUNIDENSE.**

Ao falarmos de poder e liderança na ordem internacional, Antonio Gramsci apresenta sua versão do conceito de hegemonia. Para o autor, hegemonia é a capacidade de uma classe dominante utilizar de sua coerção e liderança moral para convencer a classe dominada que seu interesse é o mesmo que o da dominante (Griffiths, Roach, Solomon; 2009). Complementar ao Gramsci, Robert Cox aponta que um período hegemônico é caracterizado por um domínio hegemônico de um Estado, o qual estabelece uma ordem mundial baseada na universalização e naturalização de seus aspectos políticos, econômicos e sociais. Dessa forma, os Estados submetidos à essa ordem, passam a aderir aos interesses do Estado hegemônico, sem a necessidade do uso da força (Cox, 2007) Assim, um Estado garante sua hegemonia na ordem internacional sem a necessidade de intervenção, baseada na ideologia de sua elite e o poder de coerção da mesma.

Com essa descrição, os Estado Unidos da América foi a nação hegemônica desde o período pós-Guerra Fria (1989-2016)<sup>1</sup>. Com o fim da Guerra Fria e a vitória da ideologia dos EUA sobre o contra soviético, o governo de George H. Bush (1989-1993) foi marcado com um momento de distribuição da “democracia” nas nações derivadas da URSS como também na criação de ligações que seriam um apoio e manutenção do Plano Marshall Europeu Ocidental (Pecequilo, 2012), na continuidade do sistema Bretton Woods e do sistema ONU e o ideal econômico neoliberal (Pamar, Nouri; 2021). A preocupação na política externa estadunidense se voltaria às duas divisões de nações: os Estados Párias (nações governadas de forma autoritária com uma busca pelo avanço bélico e de destruição em massa) e os Estados Falidos (Estados fragmentados internamente por questões econômicas, sociais) (Pecequilo, 2012).

Estes Estados tornaram-se o foco da política externa estadunidense no pós-Guerra Fria, principalmente pelo plano de contê-los para a proteção da democracia e liberdade promovida e conduzida pela nação. Neste período a busca pelo inimigo atual voltou a atenção para a ameaça vermelha chinesa e comunista, verde da expansão do islamismo e amarela do crescimento japonês (Pecequilo, 2012). A escolha da ameaça foi realizada somente no governo Clinton (1993-2001), enquanto Bush pai se absteve da escolha. À vista disso, o

---

<sup>1</sup> Para fins da análise proposta no artigo, se considerará esse período como o de hegemonia estadunidense, tendo em vista a rivalidade e competição durante os anos da Guerra Fria com a URSS.

governo de Bush pai foi marcado pela procura de uma cooperação internacional, o que trouxe frustração para seus apoiadores pela falta de estratégia contra os próximos inimigos.

Com os mandatos de Bill Clinton (1993-2001), a estruturação de uma estratégia de expansão e engajamento dos princípios de democracia e do livre mercado foi o feito para a ampliação do ideal estadunidense nas nações em emergência (Brasil, Índia, China, entre outras) e também a criação de uma rede de cooperação com a visão a um cenário multipolar pós-Guerra Fria. Além desse feito, Bill Clinton estabelece a nova ameaça de segurança nacional com a publicação do Quadrennial Defense Review (1997) (Pecequilo, 2012), a emergência do terrorismo e a maior atenção para com nações que apresentam como concorrentes.

Sem embargo, a visão multipolar desta dupla de presidentes levou ao descontentamento de grupos neoliberais conservadores que levaram à eleição de George W. Bush (2001-2009) que volta à posição de um unilateralismo estadunidense. Com os atentados terroristas de 11 de setembro nas torres do World Trade Center o novo inimigo foi estabelecido: o terrorismo fundamentalista islâmico. Assim, o governo estabelece regras conservadoras sobre os direitos civis e começa a Guerra Contra o Terror (Pecequilo, 2012) acionando um contingente militar para territórios vistos como terroristas e implementando um sentimento nacional de todos que não apoiam os EUA são os inimigos. Internamente há uma onda de condenação pelos democratas ao movimento do governo sobre os gastos e da violência durante a Guerra Contra o Terror, além da maior desigualdade racial e econômica agravada ainda mais pela crise do sistema econômico em 2007.

A eleição de Barack Obama (2009-2017) mostra-se como o começo de um Estados Unidos multipolar e multiracial. A volta e criação de instrumentos de direitos civis foram um marco do governo Obama, como por exemplo a criação do Obamacare e da reestruturação do sistema econômico. Também a vontade de um apoio ao multilateralismo internacionalmente foi a grande diferença de seu governo em relação ao anterior, como também a aproximação de uma cooperação Norte-Sul e de novas parcerias com grupos emergentes como o BRICS, que iremos apresentar adiante. Contudo, a continuidade e aprofundamento do uso militar no Iraque e Afeganistão mostram ainda a visão do novo inimigo e dos gastos militares em ações nos países terroristas (Pecequilo, 2012), apontando a visão do dono da segurança internacional dos Estados Unidos.

Apesar dos avanços nos direitos civis, a população dos EUA elege Donald Trump (2017-2021), político da extrema direita, mostrando fissuras internas e polarização sobre questões econômicas, raciais e políticas da população estadunidense. Trump estabelece seu



discurso na ideia de “America First” e no “Make America Great Again” (utilizado durante sua campanha eleitoral) aproximando dos ideais neoconservadores de seus apoiadores e da elite bilionária investidora de seus projetos. Com o movimento de desestabelecimento de direitos civis e instituições ao acesso à saúde, o individualismo e acumulação de vacinas durante a pandemia, o assassinato de George Floyd, e os atos terroristas no Capitólio no dia 6 de janeiro de 2021 mostram a crise de legitimidade, considerada uma crise orgânica no pensamento gramsciano (Pamar, Nouri; 2021), e na polarização interna dos EUA.

Gramsci apresenta que o processo de declínio à crise não acontece de forma imediata, sendo necessário compreender a multiplicidade dos acontecimentos políticos econômicos e sociais em uma nação. A crise orgânica se revela:

1) porque grandes massas, antes passivas, entram em movimento, mas em um movimento caótico e desordenado, sem direção, isto é, sem uma precisa vontade política coletiva; 2) porque as classes médias [...] ficam desempregadas, mesmo após ter feito um aprendizado [...]; 3) porque as forças antagônicas foram incapazes de organizar a seu favor esta desordem (Semeraro, 2016, p.14).

A crise é marcada pela separação da sociedade civil e governantes refletindo o grau de desigualdade dentro da sociedade. Logo, o desmantelamento dos direitos civis, o aprofundamento das desigualdades econômicas, entre outros fatos que marcam a sociedade estadunidense evidenciando a nação envolvida na crise orgânica.

Em reação à crise, Trump estabelece uma ideologia individualista em um momento de cooperação e auxílio mundial na pandemia, além da retirada da nação de acordos e organizações internacionais, como o Acordo de Paris e o fim do investimento da OMS; além dos ataques à comunidade de minorias e ao Estado Chinês, visto como o inimigo ao unipolarismo estadunidense. Isso só trouxe um sentimento de desconfiança internacional e expôs as fragilidades do sistema construído pelos Estados Unidos. Com a eleição de Joseph Biden (2021-atual) e o movimento de tranquilização de tensões internas, o governo de Biden é considerado uma revolução passiva<sup>2</sup> que não tenta mudar realmente a ideologia da elite, mas tenta recuperar a legitimidade e hegemonia do Estado (Pamar, Nouri; 2021). Contudo, com a fragilidade estadunidense na ordem internacional e na ascensão de questões multilaterais de cooperação mostram uma mudança no cenário internacional e na maior participação de Estados emergentes na ordem mundial.

---

<sup>2</sup> Gramsci considera as revoluções passivas como limitadas e não transformativas, sendo uma tentativa de volta à legitimidade e hegemonia.

## **2. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DOS GOVERNOS LULA (2003-2011/2023-ATUAL)**

No Brasil, o cenário da política externa obteve diversas mudanças entre cada mandato de governo e para a continuidade da relação com os BRICS, o foco será nos governos Lula<sup>3</sup>. Nos seus dois primeiros mandatos, a política externa se manteve com as mesmas diretrizes declaradas como o foco principal o multilateralismo, a defesa dos interesses nacionais e sua soberania, cooperação Sul-Sul e ênfase nas alianças estratégicas e integração com a América do Sul e o Mercosul (Almeida, 2004), mas não se afastando completamente dos projetos e estratégias políticas de seu antecessor FHC (Dos Santos, et. al. 2021). A busca por integração e cooperação com países do Sul já era presente nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), contudo a integração proposta por FHC era dedicada ao diálogo e não real movimentação conjunta dos países do Sul, enquanto Lula faz de sua política ativa na integração e priorização destas relações (Almeida, 2004).

Este sendo um marco da política externa de Lula, a diplomacia ativa e altiva, como foi chamada por Celso Amorim. Relacionado principalmente na extensa atuação nas visitas bilaterais, fóruns estrangeiros, o uso da diplomacia presidencial de forte peso para projetos de cooperação e atuação em organizações de caráter multilateral como OMC (Almeida, 2004).

Seguindo a diretriz do multilateralismo, os primeiros governos Lula tiveram uma mudança sobre a quantidade e destino dos produtos brasileiros exportados. Entre 1998 e 2005, as exportações para os mercados tradicionais (referente às nações dos EUA, UE, Japão, Mercosul e México) seguiram um movimento decrescente de 79,3% para 67,2%, enquanto para os novos mercados e mercados emergentes (Ásia, África, Oriente Médio e Europa Oriental) resultaram em um aumento de 19,7% para 31% (Prates, 2006, p. 138), mostrando um movimento de diversificação de suas relações econômicas.

Neste período, o Brasil passava por um boom de commodities e crescimento econômico que deu oportunidade e financiamento para que o Brasil atuasse mais efetivamente nas organizações internacionais e promover o multilateralismo como o futuro das relações comerciais e políticas. Nessa questão, a missão de paz para o Haiti em 2004, liderada pelo Brasil, apesar de contradições e declarações sobre a atuação militar brasileira sobre a população haitiana, a missão foi uma tentativa de apresentação de projeção de poder e a campanha esperançosa do assento no Conselho de Segurança (Dos Santos, et. al. 2021).

---

<sup>3</sup> O período de 2003-2011 e 2023-atual.

Os dois primeiros mandatos seguiram essa mudança multilateral para a criação e propulsão da política externa, contudo no seu terceiro mandato as questões não são as mesmas. Apesar da volta de princípios e projetos de seus governos anteriores, o desenvolvimento brasileiro não segue os mesmos princípios. Já no governo Temer (2016-2018) as transformações do projeto de desenvolvimento e política externa ocorreram. A aplicação de ideias neodesenvolvimentistas, o afastamento dos mecanismos de cooperação Sul-Sul em troca da aproximação com os EUA e a legitimação de seu governo foram o começo da mudança das políticas de Lula (Dos Santos, et. al. 2021). Apesar de continuar sua participação intensiva nos encontros das nações do BRICS, a política externa transformou-se e não mais acomodaram o avanço Sul-Sul.

Contudo, a transformação marcante e se rompeu com todos os governos anteriores foi a política e o governo de Bolsonaro (2019-2022). A política externa não era mais baseada em uma movimentação Norte-Sul ou Sul-Sul, e sim pelas intenções e objetivo de perpetuação de poder do próprio governante e seus aliados. A subordinação à Trump, as falas desrespeitosas à nação chinesa, que é a principal nação das relações econômicas e exportação brasileira, a decisão de não possuir um plano para a política externa, a saída brasileira de Organizações e Comunidades Internacionais que promoviam cooperação como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) foram alguns dos atos que desmembraram o Brasil de sua estratégia política exercida desde o governo de FHC. O governo Bolsonaro, em tão curto período de tempo, foi o desmonte da política “ativa e altiva” de Lula e da credibilidade nacional na ordem mundial alcançada por FHC, além dos projetos de desenvolvimento nacional (Soares de Lima, 2023).

No começo de seu terceiro mandato, Lula se deparou com as dívidas deixadas pelo governo anterior de R\$5 bilhões com a pena de perda de voto nas instituições do sistema ONU, e na reentrada nas Comunidades e Organizações (Soares de Lima, 2023). Apesar da vitória eleitoral de Lula indicar a retomada de temas como saúde, meio ambiente, proteção dos Direitos Humanos, entre outros, o presidente reencontra a nação brasileira em retrocesso dos ganhos feitos por seus mandatos anteriores e de ex-governantes. apresentando que sua política externa não poderá ocorrer da mesma forma que foi feita anteriormente.

### **3. OS BRICS: HISTÓRIA E REALIZAÇÕES**

O termo BRIC foi apresentado em 2001 pelo economista Jim O’Neill da Goldman Sachs em seu estudo *Building Better Global Economic BRICs*, que colocou o grupo de países

(Brasil, Rússia, Índia e China) como potências emergentes e o crescimento acelerado de suas economias (BRICS, 2023). O termo revelava um potencial de retorno de investimento após os ataques terroristas de 2001, assim em 2006 o grupo se reúne às margens da Assembleia Geral da ONU com a intenção de criar um bloco (BRICS, 2023). Atualmente, os BRICS representam mais de 42% da população mundial, 30% do território do planeta, 23% do PIB global e 18% do comércio internacional (Brasil, 2023).

Em 2009 ocorreu a primeira cúpula do BRIC na cidade russa de Ecaterimburgo, tendo como objetivo estabelecer um consenso sobre a cooperação na ciência e educação, o apoio ao multilateralismo e formas de combater a crise financeira. Em Sanya (2011) o maior feito foi a incorporação da África do Sul ao grupo, além da entrada de temas de segurança, em principal a questão da Líbia; economicamente, foi debatido a regulamentação dos preços de commodities e o uso de novas moedas. Nas duas cúpulas seguintes (Nova Délhi-2012, Durban-2013) foi criados os marcos da institucionalização do grupo com a novidade do Banco de Desenvolvimento dos BRICS e do Banco de Desenvolvimento e ao Arranjo Contingente de Reservas, sendo o primeiro próximo do funcionamento do Banco Mundial com a premissa de oferecer empréstimos para projetos de infraestrutura, transporte e acesso à água (BRICS, 2023).

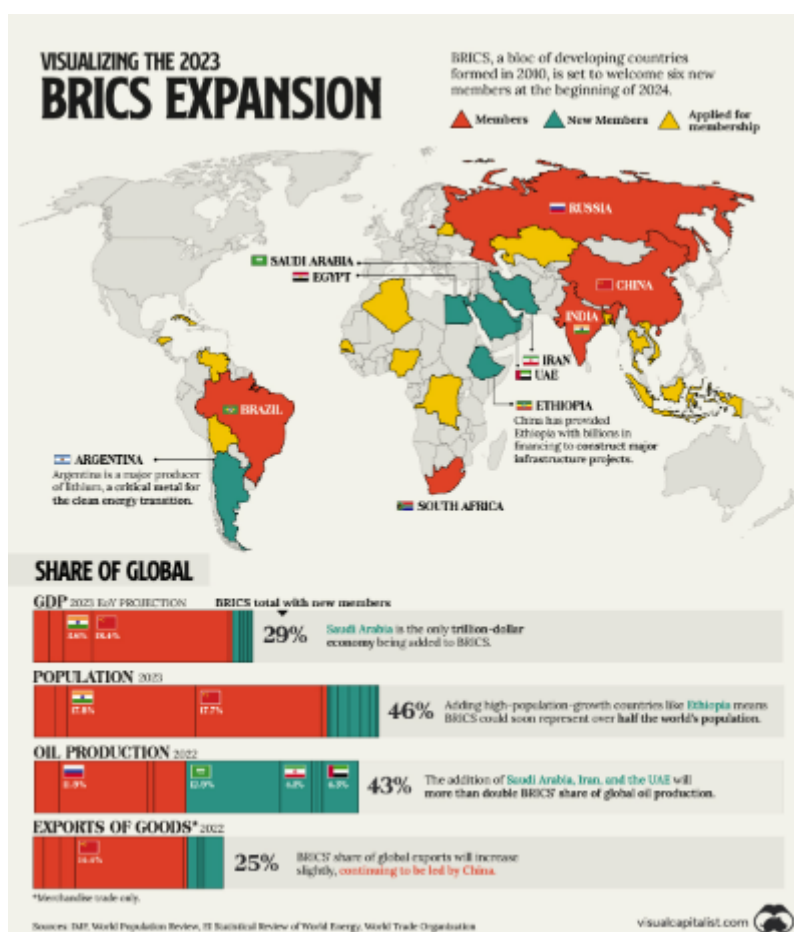
O grupo acata a objetivos mais políticos nas próximas cúpulas apresentando a preocupação com as nações do Oriente Médio, Somália, Mali, Congo entre outras; a busca pela reforma do Conselho de Segurança e de instituições ONU, e a apreensão sobre a corrupção. Contudo em Fortaleza (2014), foi criado os meios do qual o BRICS se tornasse uma alternativa ao Banco Mundial e às instituições de Bretton Woods, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Contingent Reserve Agreement (CRA). O CRA terá como objetivo fornecer liquidez para prevenir pressões de curto prazo sobre a balança de pagamento de seus membros, tendo disponibilizado inicialmente 100 bilhões de dólares (Coelho, Capinzaiki; 2017).

Já o NBD tem objetivo de mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Um dos grandes diferenciais do banco, além de ser o primeiro de criação multilateral, é a não intervenção e implementação de termos e reformas sobre a economia e o sistema financeiro ao destino do empréstimo, diferenciando das condicionalidades demandadas pelo FMI e Banco Mundial (Pennaforte, 2022). Outro fator, é a possibilidade de os empréstimos serem feitos na moeda local, contornando os juros derivados da instabilidade e variações do dólar. Como apontado pela vice presidente do NBD, Leslie Maasdorp:

No passado, todo o risco ia para quem recebia o empréstimo. Dizemos que o modelo tem que mudar. Somos capazes de fazer isso agora pois os realizadores e recebedores do empréstimo são os mesmos países—cinco países investindo capital e recebendo empréstimos (Pennaforde, 2022, p. 12).

O apoio do banco em projetos de sustentabilidade e desenvolvimento mostram a multifaces do bloco, não se apoiando somente em temas econômicos e financeiros, mas utilizando desses para objetivos sociais, ambientais e políticos (Pennaforde, 2022).

Na Cúpula mais recente de agosto de 2023 em , anunciou a futura entrada de seis membros para os BRICS: Arábia Saudita, Argentina, Egito, Etiópia, Emirados Árabes Unidos e Irã. Essa adesão apresenta as características geopolíticas do grupo e o apoio ao Sul Global, já revelada com a adesão da África do Sul, além da entrada de grandes *players* na produção global de petróleo que irá elevar a porção dos BRICS na produção de combustíveis fósseis de 20,4% para 43,1%<sup>4</sup> (Lu, 2023).



Fonte: Visual Capitalist, 2023.

<sup>4</sup> Para aprofundar o entendimento dos ganhos que os novos membros trarão para o grupo, recomendo os gráficos disponíveis em: <https://www.visualcapitalist.com/visualizing-the-brics-expansion-in-4-charts/>

O gráfico acima mostra os ganhos e a posição geográfica dos novos membros convidados para integrar o bloco (em verde) e os que se candidataram para participarem do bloco (em amarelo). Como apresentado, o bloco ganhará poder e projeção no setor de produção de combustíveis fósseis com a adesão dos grandes produtores do Oriente Médio, como também representação global de quase a metade da população global com a adesão da Etiópia<sup>5</sup>. A adesão da Argentina também marca uma mudança na produção e transição energética do bloco por ser um grande produtor de lítio, utilizado na produção de baterias.

Esta entrada de novos membros apresenta a capacidade heterogênea e de multilateralidade que é central para os BRICS. Abrangendo diferentes países do Sul Global, em especial grandes produtores do setor energético, o bloco mostra seu potencial geopolítico e de poder econômico. Tornando-se um competidor à hegemonia estadunidense e ao poder histórico das nações do Norte Global (Colunga, 2023).

#### **4. O PODER BRASILEIRO E OS BRICS**

Tendo em vista o projeto hegemônico dos EUA e a forma como a política externa brasileira sob Lula opera - e, nesse sentido, o BRICS está inserido em uma estratégia de busca por autonomia - não se pode deixar de considerar na nossa análise as relações de poder intrabloco. Ou seja, como se dá a relação do principal ator dos BRICS, a China, tanto com os demais sócios, como com o Brasil, sobretudo quando houve a mudança política sob Bolsonaro.

##### **4.1. A CHINA E OS OUTROS QUATRO**

Outro apontamento que possa mostrar a projeção de cada país é a característica de que China e Rússia já são super potências com poder de movimentação e barganha no cenário internacional e a posição da Índia na produção nuclear, colocando o questionamento da posição do Brasil na ordem mundial em relação ao BRICS. a África do Sul influencia economias menores da África Austral. Assim fica a questão de se os ganhos políticos e econômicos são iguais entre as cinco nações e o fortalecimento do grupo.

A maior preocupação é o projeto chinês de One Belt, One Road que proverá investimentos na Ásia Central direcionados para aumentar a produtividade industrial, no Sul da Ásia em projetos de infraestrutura e no norte da África e na área do Canal do Suez para criação e inovação portuária e no transporte terrestre (Baumann, 2018). Contudo, o Brasil e a

---

<sup>5</sup> O bloco representa 46% da população mundial.

África do Sul não estariam inclusos no projeto primeiramente, por questões geográficas, e não participariam dos ganhos, tornando necessário a reformulação chinesa do projeto para abranger as nações do hemisfério sul.

Além deste projeto, o desejo chinês de expansão dos membros do grupo com convites para outros países traz a questão de possíveis influências das nações brasileira e indiana. O governo chinês desde 2017 declarou sua vontade de expandir o número de membros e apesar dos ganhos de cooperação e coordenação do Sul Global, o aumento de participantes iria desacelerar o processo de decisão e criação (Baumann, 2018), diminuiria a exclusividade do grupo, como também o medo de tornar o BRICS em um grupo chinês (Reis, Rosa; 2023). O convite para países em crise também demonstrou preocupação, já que suas intenções poderiam ser unicamente para o acesso aos investimentos disponíveis pelo NBD e maior facilidade de parcerias comerciais com a China (Reis, Rosa; 2023).

#### **4.2. A DEPENDÊNCIA DO COMÉRCIO BRASILEIRO À ECONOMIA CHINESA**

A inserção e conjuntura dos BRICS trouxe muitos ganhos em coordenação política dos países membros e uma contínua e profunda cooperação comercial, contudo uma questão de preocupação para a nação brasileira é até que ponto os parceiros comerciais são parceiros com troca mútua ou se eles se tornam um ponto de dependência e de aprofundamento das divisões de trabalho e produção internacionais.

É fato que a China é a potência do grupo com maior PIB e transações comerciais. Em 2018 o PIB da nação chinesa era de 13,608 (nominal/bilhões de dólares) enquanto a nação brasileira tinha o PIB de 1,885 (nominal/bilhões de dólares) (Pennaforte, Luigi; 2020). Em comparação às transações comerciais intrabloco, no ano 2022 o volume total foi de US\$177,7 bilhões, sendo US\$99,4 bilhões em exportações brasileiras para os outros 4 membros (Brasil, 2022). Contudo, a China foi a principal compradora de produtos de exportação brasileira, adquirindo 90% dos produtos destinados à essa venda.

Outra distinção que pode ser feita é o tipo de produto exportado e importado pelo Brasil, sendo seu principal soja (33% do total exportado) seguido por outras commodities. Em comparação com o importado, é formado por adubo (10%), válvulas (8,9%) e telecomunicação (5,3%) (Brasil, 2022), que se caracteriza como produtos com maior valor agregado e desenvolvimento tecnológico oriundo da China (US\$60,7 bilhões do total importado por parceiros do bloco) (Brasil, 2022).

Outra questão é a queda no crescimento brasileiro que em 2010 já mostrava sua diferença comparado aos anos anteriores de criação do grupo e da fala de Jim O'Neil. Paulo Roberto de Almeida (2010) apresenta a razão desse fato pelo conceito de *crowding-out*<sup>6</sup> que aponta o Estado brasileiro como o extrator dos investimentos que deveriam ser direcionados à inovação e desenvolvimento, para o pagamento do próprio Estado e seus gastos, que vem em movimento crescente que pode se tornar insustentável futuramente (Almeida, 2010). Assim o Brasil utiliza de taxas muito altas, em comparação com as outras quatro nações do grupo, que acaba diminuindo investimentos em áreas de grande importância para o desenvolvimento tecnológico e que poderia mudar o patamar de exportador de commodities brasileiro.

### **4.3. BOLSONARO, BRASIL E OS BRICS**

O governo Bolsonaro (2019-2022) e sua mudança radical na política externa não trouxe somente internamente as perdas, mas também uma incoerência entre propostas políticas intra-bloco. Bolsonaro declarou a ambição de aprofundar e continuar o comércio com as nações do bloco ao mesmo tempo que disse que em seu governo, o Brasil terá primeiro lugar (Pennaforte, Luigi; 2020). Além da aproximação com os Estados Unidos do governo Trump, o governo em pauta trouxe dúvidas sobre a continuação da política externa brasileira e nos objetivos do mesmo em relação aos objetivos e ganhos do bloco. A declaração de presidente sul-africano Cyril Ramaphosa na 10ª cúpula do BRICS mostra o caráter controverso e de perda dos sucessos do bloco:

Se (Bolsonaro) atuar contra o que defendem os países do Brics, isso será em detrimento do Brasil e dos brasileiros [...] Ele entrará para uma família Brics que está quase irrevogavelmente comprometida com o multilateralismo, ele entrará para uma família Brics que procura fazer as coisas de uma maneira que fortaleça o benefício mútuo. Se começar a empurrar em uma direção diferente, acabará prejudicando o interesse do Brasil (Pennaforte, Luigi; 2020, p. 99).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O uso do poderio militar e econômico para promoção de objetivos de política interna dos Estados Unidos, suas ações violentas em países, gastos altos para com a Guerra ao Terror e segurança internacional, ampliação do sistema de Bretton Woods e da ideologia do Plano

---

<sup>6</sup> Pode ser traduzido como efeito de deslocamento ou de evicção.



Marshall colocaram em xeque a hegemonia estadunidense na ordem mundial. Para Wallerstein (2004) a hegemonia estadunidense foi-se desde 1968:

[O] sucesso dos EUA como potência hegemônica no período do pós-guerra criou as condições para que a sua própria hegemonia fosse minada. Este processo pode ser capturado em quatro símbolos: a guerra do Vietnã, as revoluções de 1968, a queda do Muro de Berlim em 1989 e os ataques terroristas de setembro de 2001. Cada símbolo acresce ao anterior, culminando na situação em que os EUA se encontram hoje: uma superpotência solitária à qual falta o verdadeiro poder, um líder mundial que ninguém segue e poucos respeitam, e uma nação perigosamente à deriva, imersa em um caos global que não pode controlar (Wallerstein, 2004, p. 25).

Com o declínio estadunidense na hegemonia global, deu-se espaço para uma nova ordenação internacional e novos players para a disputa, resultando na possibilidade de criação dos BRICS e sua projeção em instituições internacionais, comércio global e própria projeção nacional (Martinez, 2023). O Brasil se colocou com potencial de elevar à denominação de potência no começo do século XXI, em principal por seu crescimento econômico. O governo Lula com o direcionamento de política externa para o multilateralismo, cooperação Sul-Sul, e a movimentação de seu comércio para nações do Sul apresentaram como um acompanhamento e busca pela maior participação e projeção internacional.

A conjuntura das cinco nações emergentes foi de grandes ganhos para a projeção de poder brasileira. A institucionalização do bloco, a criação de mecanismos de cooperação e investimentos intra-bloco, a coordenação de temas e objetivos auxiliaram na promoção dos objetivos brasileiros de reforma do sistema ONU e da entrada da nação no Conselho de Segurança. Temas de combate à fome e proteção ambiental, debatidos em Cúpulas do BRICS e promovidos nos organismos internacionais, complementam o foco da economia brasileira de produção de commodities.

Apesar da mudança na dinâmica interna brasileira pelo projeto de governo Bolsonaro de promoção e renovação de sua posição, além da aproximação à governos de direita e conservadores, o afastamento dos feitos de governos anteriores conjuntamente com os objetivos dos BRICS, o governo de Lula retoma o projeto de inserção brasileira nos principais meios e organizações de poder, englobado nas dificuldades internas e também pelo crescimento econômico chinês que distância a nação de seus parceiros de bloco.

É indiscutível a transformação de cenário interno e internacional, os resultados dos governos anteriores, o crescimento extraordinário chinês, o cenário de fim da hegemonia dos EUA. Contudo a participação brasileira nos BRICS trouxe benefícios inquestionáveis à projeção de poder brasileira, o agrupamento e apoio da China e Rússia, já participantes no Conselho de Segurança, para a reforma das instituições do sistema ONU; a instituição do

NBD para investimentos em projetos de infraestrutura brasileiros que promovem o desenvolvimento; a trocas comerciais intensas entre países do bloco; papel de liderança brasileira em temas internacionais de fome, meio ambiente lançam o Brasil como uma emergente potência. O Brasil não é mais o mesmo, nem possui a mesma benéfica reputação de antes, mas se o Brasil planeja tomar espaço na ordem internacional, a participação nos BRICS é essencial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, P. R. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Rev. Bras. Polít. Int.**, [S.I.]. vol. 47, p. 162-184, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292004000100008> . Acesso em: 4 out. 2023.

ALMEIDA, P. R.. O Bric e a substituição de hegemonias: um exercício analítico (perspectiva histórico-diplomática sobre a emergência de um novo cenário global) *In.* BAUMANN, R., et. al.. O Brasil e os demais BRICs Comércio e Política. **CEPAL**, Brasília, p. 131-154, 2010. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/items/039aa4ad-59c2-4c10-8a67-6287889b5d88> Acesso em: 24 out. 2023.

BAUMANN, R. O BRICS: DESAFIOS PARA O BRASIL *In.* DESIDERÁ, N.; WALTER, A.; (org.) **Política externa brasileira em debate : dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008**. IPEA, [S.I.], 2018, cap. 7.

BIJOS, L.; GUILHON, E. P. Brics, uma alternativa de poder?. **Revista do Direito Público**, [S. I.], v. 9, n. 1, p. 9–54, 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/view/16935>. Acesso em: 24 out. 2023.

BRICS. History of Brics. **BRICS Informational Portal**, [S.I.], 2023. Disponível em: <https://infobrics.org/page/history-of-brics/> Acesso em 11 nov. 2023.

COHEN, M.; HANCOCK, T. How BRICS Became a Club That Others Want to Join. **BRICS INFORMATION PORTAL**, [S.I.], 2023. Disponível em: <https://infobrics.org/post/39857/> Acesso em: 24 out. 2023.

COLUNGA, M., S. La reconfiguración del poder en la política internacional . **Revista Política Internacional**, [S.I.], v. 5, n. 4, p. 213–221, 2023. Disponível em: <https://rpi.isri.cu/index.php/rpi/article/view/458>. Acesso em: 28 out. 2023.

COX, R. Gramsci, hegemonia e relações internacionais, um ensaio sobre o método. *In:* GILL, S.; (org.) **Gramsci, materialismo histórico e Relações Internacionais**. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, p. 101-124, 2007.

DOS SANTOS, G. V.; DE OLIVEIRA, J. .B; CONCEIÇÃO, K. S.; COSTA, S. S. **BRASIL E OS PARADIGMAS DIPLOMÁTICOS À LUZ DOS BRICS E A COOPERAÇÃO SUL-SUL (2003-2018)**. 2021. Tese (Graduação em Relações Internacionais), Universidade São Judas Tadeu, São Paulo. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/2102> Acesso em: 4 out. 2023

BRASIL - Governo Federal. **BRICS, a história**. Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/assuntos/reuniao-do-brics/historia-do-brics/> Acesso em: 20 out. 2023

GRIFFITHS, M.; ROACH, S. C.; SOLOMON, M. S., (org.). **Fifty Key Thinkers in International Relations**. Routledge. Oxon. , 2.ed., p. 186-193, 2009.

GUILLÉN, A. USA's trade policy in the context of global crisis and the decline of North American hegemony. **Brazilian J Poli Econ**, [S.I.], v. 39, n. 3 , p. 384-407, jul.-set. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/t6G98KCr55YNWZ4JF3pPy3D/> Acesso em: 23 jun. 2023

LU, M. Visualizing the BRICS Expansion in 4 Charts. **Visual Capitalist**, [S.I.], 2023. Disponível em: <https://www.visualcapitalist.com/visualizing-the-brics-expansion-in-4-charts/> Acesso em: 2 nov. 2023.

MALANSKI, D. A reviravolta estética do Brasil: de nação emergente a pária internacional. **Significação: Revista de Cultura Audiovisual**, [S. I.], v. 49, n. 57, p. 198-214, 2022. DOI: 10.11606/issn.2316-7114.sig.2022.188910. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/188910> Acesso em: 11 nov. 2023

PAMAR, I.; NOURI, B. Da eleição contestada à insurreição: A crise de Legitimidade dos Estados Unidos no país e no Exterior; *In*. SEBASTIÃO, C.; VELASCO e CRUZ, BOJIKIAN, N. M.; (org.). **De Trump a Biden: partidos, políticas, eleições e perspectivas**. Editora Unesp. São Paulo, p.337-371, 2021.

PAYNE, C. R.; SILVER, B. J. Dominação sem Hegemonia e os limites do Poder Mundial dos Estados Unidos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 35, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/cxxYL8dqzWj4M3qwS5ssbP/#> Acesso em: 23 jun. 2023

PECEQUILO, C. S. **Os Estados Unidos e o século XXI**. Elsevier. Rio de Janeiro , 1 ed., cap.1 2012.

PECEQUILO, C. S.; CARMO, C. A. Parte III: A Região e o Mundo *In*. **O Brasil e a América do Sul: Relações Regionais e Globais**. Alta Books. Rio de Janeiro, p. 206-250, 2015.

PENNAFORTE, C.; KARKOW BONES, N.; DE CAMARGO FILHO, H. Novo banco de desenvolvimento do BRICS: alternativa ao poder financeiro ocidental? **Mural Internacional**, [S.I.], v. 13, p. 1-18, 2022. DOI: 10.12957/rmi.2022.63700. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/63700>. Acesso em: 15 nov. 2023

PENNAFORTE, C.; LUIGI, R. A (Re)Emergência do BRICS e o Reordenamento de Poder na Geopolítica Contemporânea *In*. DESIDERÁ, N.; WALTER, A.; (org.). Política externa brasileira em debate : dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Brasília, v.9, n.18, p.87-106, Jul./Dez. 2020. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/7359> Acesso em: 7 nov. 2023

REIS, G. F.; ROSA, J. D. A Cúpula do Brics 2023 em Perspectiva: Uma Análise dos Resultados e do Processo de Expansão do Grupo. **NEBRICS (Núcleo de Estudos do BRICS) UFRGS**, [S.I.], 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nebrics/a-cupula-do-brics-2023-em-perspectiva-uma-analise-dos-resultados-e-do-processo-de-expansao-do-grupo/> Acesso em: 15 nov. 2023.

COELHO, J. C.; CAPINZAIKI, M. R. Hierarquia Dos Estados no Regime Econômico-Financeiro: Os BRICS e a Governança Econômica Global. **Revista Tempo do Mundo**, [S.I.], v. 3, n. 1, p. 131-154, jan. 2017. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7390/1/TdM\\_v3\\_n1\\_Hierarquia.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7390/1/TdM_v3_n1_Hierarquia.pdf) Acesso em: 15 nov. 2023

RINALDI, A. L.; APOLINÁRIO JÚNIOR, L. Uma análise comparativa dos países do BRICS no campo de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. **Rev. Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v.11, n. 53, p.8-27, jan.-mar. 2020.

SANTOS, L. A ciência voltou ao Brasil, e o Brasil voltou ao mundo. **O Globo**, [S.I.], 10 de maio de 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/artigos/coluna/2023/05/a-ciencia-voltou-ao-brasil-e-o-brasil-voltou-ao-mundo.ghtml> Acesso em: 16 maio 2023.

SEMERARO, G. “Crise Orgânica” e Luta de Classes em Gramsci. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 13–24, 2016. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/10392>. Acesso em: 21 nov. 2023.

SERRA, M. B. La inserción internacional de Rusia en América Latina a partir del proyecto BRICS: ¿el “ascenso de los otros” o reemergencia de un global player? **Perspectivas Revista de Ciencias Sociales**, [S.I.], ano 2, n. 4, p. 279-296, jul-dez 2017.

SILVA, A.L.R. Brasil, potência emergente: desafios do desenvolvimento e da inserção internacional *In*. VISENTINI, P.; ADAM, G.; VIEIRA, M.; SILVA, A.; PEREIRA, A. **BRICS: As Potências Emergentes**. Editora Vozes, Rio de Janeiro, p. 123-162, 2013.

SOARES DE LIMA, M. R. A dialética da política externa de Lula 3.0. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, [S.I.], n. 5, p. 79–95, 2023. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/104>. Acesso em: 15 nov. 2023.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto int.**, [S.I.], vol. 29, n. 2. Dez 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292007000200002> Acesso em: 5 out. 2023

WALLERSTEIN, I. **O declínio do poder Americano**. Contraponto, Rio de Janeiro, 2004.